



# Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

## NOTIFICAÇÃO DE ALERTAS

|                              |  |
|------------------------------|--|
| <b>Processo TC</b>           | 4932/989/16                                      |
| <b>Poder</b>                 | LEGISLATIVO                                      |
| <b>Município</b>             | Descalvado                                       |
| <b>Entidade</b>              | CÂMARA MUNICIPAL DE DESCALVADO                   |
| <b>Período</b>               | 08/2016  |
| <b>Relator</b>               | Dra. Cristiana de Castro Moraes                  |
| <b>Unidade Fiscalizadora</b> | UR-13 UNIDADE REGIONAL DE ARARAQUARA             |
| <b>Responsável</b>           | HELTON ANTONIO VENANCIO                          |
| <b>Cargo</b>                 | PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL                   |
| <b>CPF</b>                   | 115.334.088-74                                   |
| <b>Período de Gestão</b>     | 01/01/2015 a 09/08/2016; 26/08/2016 a 31/12/2016 |
| <b>Responsável</b>           | ADILSON GONÇALVES                                |
| <b>Cargo</b>                 | PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL                   |
| <b>CPF</b>                   | 145.433.748-60                                   |
| <b>Período de Gestão</b>     | 10/08/2016 a 25/08/2016                          |

Com base nas análises efetuadas sobre os dados relativos ao período em tela declarados a este Tribunal de Contas por força do disposto nas Instruções Nº 2/08, vimos por meio deste **alertá-lo(a)** a respeito das seguintes situações:

### ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

## 1 - Assunto de Fiscalização: LRF

### 1.1 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Alerte-se que no encerramento do período ora analisado, verificou-se acréscimo em relação ao percentual da despesa com pessoal apurado em junho/, devendo o Poder em questão observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Por oportuno, esclarecemos que em virtude do apurado, deverão ser observadas as exigências contidas na legislação supra citada, a fim de evitar possíveis sanções de ordem administrativa e/ou penal.

**Data da Geração:** 06/10/2016  
**Hora da Geração:** 20:49:50